

Aconteceu

Não haverá exigências para CUT participar do pacto, afirma Collor

Em encontro de 50 minutos, Meneguelli ouviu de Collor que todas as reivindicações da CUT são matérias de discussão no pacto (página 13)

Educadores priorizam ensino básico e pedem guerra contra injustiça

O Congresso Brasileiro de Alfabetização, encerrado dia 16 em São Paulo, aprovou Declaração que propõe prioridade à educação básica numa política de combate às raízes estruturais da pobreza. (página 14)

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Congresso: Darcy Ribeiro beija Paulo Freire em sinal de reconhecimento

Amazônia poderá eleger inimigos do meio ambiente

Exceto o Acre, que poderá eleger Jorge Viana (PT) governador, os principais candidatos na Amazônia têm programas que ferem a ecologia. (página 3)

Ossadas podem ser de desaparecidos políticos

Entre as 1.500 ossadas encontradas no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, podem estar "desaparecidos" pela repressão. O cemitério foi inaugurado em 1971 pelo prefeito nomeado Paulo Maluf.

Harry Shibata, diretor do IML à época, admite que "toda guerrilha que morreu nas ruas foi para esse cemitério igual aos indigentes". Maluf e Shibata poderão depor na CPI aberta pela Câmara. (página 2)

Adi Leite/Agência Folhas



Crânio perfurado à bala: indício de que desaparecidos podem estar no cemitério

036
1990

Ossadas do cemitério de Perus podem ser dos 'desaparecidos'

Uma ponta da história da repressão política no Brasil durante o regime militar foi encontrada, dia 4, no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo. Puxou o fio o administrador do cemitério Antônio Pires Eustáquio, ao localizar uma vala comum com 1.500 ossadas, entre as quais podem estar as de opositores políticos ao regime autoritário instaurado no país com o golpe de 64 — ainda hoje catalogados como desaparecidos políticos.

Inaugurado em março de 1971 pelo prefeito nomeado de São Paulo, Paulo Maluf, desde então o cemitério de Perus era conhecido por alguns militantes de grupos armados e pelos organismos de repressão paulista como um lugar de desova. Era comum, nessa época, algozes dizerem a suas vítimas que, se não confessassem, "acabariam em Perus", conforme depoimento de Paulo de Tarso Venceslau, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). A novidade é que Perus agora vem a público: com a prefeita Luiza Erundina empenhando-se pessoalmente para apurar responsabilidades, com a formação de uma CPI, na Câmara Municipal, que teve a aprovação de todos os partidos, e, finalmente, com 99 ossadas já encaminhadas a peritos da Universidade de Campinas (Unicamp).

O cemitério de Perus começou a se abrir politicamente para o Brasil em 1976, quando Suzana Lisboa, viúva do militante Luís Eurico Tejera

Lisboa, encontrou nele o corpo de seu marido. Segundo os órgãos de repressão, Tejera Lisboa havia se suicidado numa pensão em São Paulo. Suzana conseguiu recuperar o que de fato acontecera com seu marido: morreu fuzilado em seu quarto de pensão. A partir de 1979, mais familiares de desaparecidos atravessaram a triste ponte IML-Perus. Há expectativa que na vala comum clandestina possam estar, além da ossada de Jonas, as de José Rosam, que militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB); de Airton Adalberto Mortati, o Tenente do Movimento de Libertação Popular (Molipo), do físico Wilson Silva e de Sônia Kucinsky da ALN; de Carlos Danieli, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); e de Joaquim Alencar de Seixas, do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Em meio à repercussão do encontro das ossadas, veio a público o médico-legista Harry Shibata, diretor do IML durante o regime militar, que assinou o laudo de morte do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do DOI-Codi de São Paulo em 1975, sem examinar o corpo. Shibata confirmou que o cemitério de Perus fazia parte da rota da repressão: "Toda a guerrilha que morreu nas ruas foi para esse cemitério igual aos indigentes". O legista, assim como Maluf, pode ser convocado a depor na CPI instaurada pela Câmara. (Isto é Senhor, 12/09/90)

Encontro elenca candidatos verdes

Patrocinado pela Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente, o Encontro Estadual do Movimento Ecológico do Estado de São Paulo, realizado em Campinas, elaborou a Lista Verde, relação de candidatos considerados representativos das reivindicações ecológicas. França e Waldman representam a corrente eco-socialista do movimento ecológico.

Valdo França, candidato a depu-

tado federal, e Maurício Waldman, a estadual, ambos do PT, receberam o maior número de indicações. A Lista Verde contempla ainda os seguintes candidatos Cláudio de Mauro (PT) e Fábio Feldmann (PSDB), candidatos a federal; Adelino Rodrigues (PSDB), Geraldo Siqueira (PT), Ivan Valente (PT), Lázaro Piunti (PSDB), Marco Antônio Mroz (PSDB) e Riani (PT), para estadual. (Apedema/Campinas, 19/09/90)

Aconteceu

Nº 550

21 de setembro a 4 de outubro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 600,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Eleições na Amazônia: PT com chances no Acre

A Amazônia e os povos que nela moram poderão ganhar novos, poderosos inimigos no próximo dia 3 de outubro. Com exceção do Acre, os candidatos a governador que provavelmente irão para o segundo turno em todos os demais estados da Região Norte têm programas de governo contrários à salvaguarda do meio ambiente e aos interesses dos que vivem na região, como índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos.

O modelo de desenvolvimento da região visado por estes candidatos é baseado na exploração exaustiva dos recursos naturais da Amazônia, favorecendo a ampliação da presença de garimpos, mineradoras, madeireiras e pecuária intensiva. Todos estes prováveis futuros governadores são filiados a partidos de centro-direita e alguns deles são abertamente apoiados pela União Democrática Ruralista (UDR), entidade de latifundiários cujos membros são acusados do assassinato de dezenas de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais. A seguir, resumimos a situação da sucessão dos governadores nos principais estados.

Acre — O petista Jorge Viana, 31, candidato a governador pela coligação Frente Popular do Acre (PT, PDT, PCB, PC do B, PV), está hoje em segundo lugar nas pesquisas do Ibope, com 16%, logo atrás dos 22% de Rubem Branquinho, 46, da coligação de centro-direita Reconstrução Democrática do Acre (PL, PRN, PTR, PCN). Mas no início da campanha, Viana tinha apenas 4% e Branquinho 46%; agora as posições estão se invertendo. O lema da campanha de Branquinho, que é ligado aos fazendeiros e à UDR, é a construção de um grande número de estradas em todo o Estado. Viana, um respeitado engenheiro florestal, defende a diversificação da utilização dos recursos naturais presentes na floresta amazônica. "Precisamos criar reservas extrativistas para os seringueiros e mudar o atual modelo econômico do Acre, sustentado na pecuária, ou todo o Estado se transformará numa imensa pastagem. É preciso planejar um uso racional da nossa riqueza am-

biental", diz Viana. Nestas semanas, o clima no Acre é muito tenso. Osmarino Amâncio, secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e candidato a deputado estadual pelo PT, tem sido ameaçado de morte mais de uma vez, enquanto há poucas semanas alguns pistoleiros atiraram contra a caminhonete de Luigi Ceppi, pároco de Xapuri e dirigente da CPT, atingindo de raspão um outro padre. Para garantir as eleições em todo o Estado, o Tribunal Regional Eleitoral pediu o envio de tropas federais.

Amazonas — Lidera as pesquisas com 52% das intenções de voto o ex-governador Gilberto Mestrinho, 61, candidato de uma coligação integrada por PMDB, PFL, PL, PDC, PSD, PTR. Alguns anos atrás, Mestrinho defendeu a matança dos jacarés e a distribuição de moto-serras para os colonos. Hoje Mestrinho afirma que "a solução para a Amazônia é o corte de toda a floresta de forma racional, e seu replantio gradativo", e se diz favorável à construção de uma estrada que una o Acre ao Pacífico. Último governador do Estado e atual candidato a senador na mesma coligação, Amazonino Mendes argumenta que "é um boato sem fundamento essa história que a floresta tem que ser preservada para garantir o ar do planeta. Isso é complô internacional apoiado por maus brasileiros". Os partidos progressistas (PT, PSB, PSDB, PDT, PCB, PC do B) apoiam a candidatura de Wilson Alecrim, 43, um médico especialista em doenças tropicais que tem 21% nas pesquisas.

Pará — Até agora, a preservação da Amazônia foi um assunto esquecido na campanha eleitoral do Pará, embora este seja o estado da região com o maior número de eleitores, com a maior taxa de desmatamento da Amazônia e cenário de grandes projetos de exploração de recursos naturais como Carajás, a barragem de Tucuruí e o garimpo de Serra Pelada. Lideram as pesquisas o ex-ministro Jader Barbalho, com 46%, e

o ex-prefeito de Belém Said Xerfan, com 20%, apoiado pelo governador Hélio Gueiros. Desde o início, a disputa entre Barbalho e Gueiros (ex-aliados no PMDB) limita-se a uma troca de acusações de roubos, desvios de dinheiro público em contas particulares, alcoolismo (Gueiros) e homossexualismo (Barbalho). Almir Gabriel, candidato da Frente Popular (PSDB, PT, PDT, PSB, PCB, PC do B), tem 12% das intenções de voto.

Rondônia — O favorito nas pesquisas, Olavo Pires (PTB), é chamado pelos adversários de "mafioso" e "gângster", sendo acusado de usar o poder econômico para obter votos. Pires, que tem 31% no Ibope, ganhou também o apelido de "narcotraficante" há dois anos, quando foram descobertos em seu avião dois quilos de cocaína — Rondônia é uma das principais portas de ingresso do narcotráfico para o Brasil. O único candidato que fez da ecologia uma das bandeiras de sua campanha eleitoral é Inácio Lemke, do PT. Lemke é pastor luterano e vice-presidente nacional da CPT. Está com 6% nas pesquisas, empatado com Orestes Muniz, candidato do PMDB, atualmente no governo do Estado. Valdir Raupp (PRN) tem 10%.

Roraima — O primeiro governador eleito de Roraima muito provavelmente será Romero Jucá (PDS), ex-governador nomeado do mesmo Estado e ex-presidente da Funai — o pior da história do órgão governamental, segundo avaliações das entidades indigenistas. Hoje ele tem 44% no Ibope. Quando governador, Jucá apoiou descaradamente os garimpeiros que desde 1987 ocuparam o território Yanomami, provocando a morte de pelo menos 2 mil índios. Roraima é o Estado que conta com o maior número dos chamados pára-quadistas eleitorais, devido ao baixo número de votos necessário para se eleger. Entre os dezoito candidatos a senador, encontra-se também o líder dos empresários do garimpo José Altino Machado, sob a legenda do PMDB. (Giancarlo Summa/CEDI, 19/09/90)

ONGs criticam 'manejo sustentado' do Banco Mundial

Vinte e duas das mais ativas organizações não governamentais ambientalistas e de desenvolvimento, entre elas o CEDI, assinaram uma carta, enviada ao Banco Mundial no dia 14 de agosto, rejeitando o conceito de "manejo florestal sustentado" e pedindo uma moratória no financiamento da exploração madeireira em floresta tropical. As ONGs afirmam que o conceito, que se converteu na "pedra filosofal da silvicultura tropical", é puramente acadêmico.

As organizações, que fazem parte do *World Rainforest Movement*, sustentam que os projetos de silvicultura tropical financiados por agências internacionais como o Banco Mundial têm o desenvolvimento sustentado como pressuposto e a destruição da floresta como resultado.

O manejo, afirma o documento, baseia-se na exploração de madeira em volume inferior àquele que a floresta é capaz de regenerar. Entretanto, "ninguém definiu isso adequadamente: todos falam a respeito e desenvolvem-se programas baseados em um conceito inteiramente teórico e jamais verificado", criticam os ambientalistas. Em escala mundial, trata-se de uma experiência negligenciável: apenas 0,8% das florestas tropicais exploradas são manejadas de forma sustentada.

O resultado é desanimador. Em Queensland, na Austrália — modelo do manejo sustentado —, baixas taxas de regeneração da floresta e contínuo subsídio governamental caracterizam a operação. Na Nigéria, onde o conceito foi introduzido há anos, "as florestas foram degradadas" e

as populações "esquecidas", acusam as ONGs. Fatores econômicos, sociais e políticos — pressão por lucros imediatos, controle urbano sobre o mercado florestal e inoperância das autoridades — inviabilizam o manejo.

Simultaneamente, a extração da madeira de florestas virgens abatidas para a colonização impede que o manejo se torne competitivo. O retorno lento do capital e os longos períodos de regeneração natural da floresta "tornam o manejo sustentado pouco atraente para o investimento privado".

O documento do *World Rainforest Movement* pede que o Banco Mundial suspenda o financiamento de operações tropicais intactas e reclassifique os programas de silvicultura, exigindo a elaboração criteriosa de estudos de impacto ambiental. (Folha de S. Paulo, 07/09/90)

Dez projetos ambientais na Amazônia Legal recebem Cr\$ 233 milhões

Dia 3 de setembro, o comitê do Fundo Nacional de Meio Ambiente aprovou dez projetos de proteção e desenvolvimento ambiental para a Amazônia, num total de Cr\$ 233 milhões. O maior deles no valor de Cr\$ 176,6 milhões é o Prev-Fogo, um programa de prevenção e combate de incêndios na Amazônia, executado pelo Ibama.

Os outros nove projetos aprovados repartirão Cr\$ 56 milhões. O primeiro, da Fundação Pró-Natureza, pretende elaborar um diagnóstico e avaliar os fatores de risco para a avifauna na Amazônia. Outros dois projetos são da Associação de Índios Xavantes de Mato Grosso. A Universidade do Pará obteve recursos para estudar um conjunto de cavernas em Monte Alegre.

O Ibama teve outro projeto aprovado que tratará do diagnóstico ambiental da Amazônia Legal.

O Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac) teve quatro projetos aprovados: fazer o atlas ambiental do Acre e mapas das unidades de conservação; elaborar o inventário bio-

lógico do Acre; estudar a ecologia e o manejo da fauna em reservas extrativistas; e, ainda, efetuar estudos para implantação de estruturas comunitárias de coleta e beneficiamento do lixo na cidade de Rio Branco.

A coordenadora Ana Lúcia Pinheiro da Silva explica que o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797/89 — a partir do programa Nossa Natureza do governo Sarney —, tem atualmente Cr\$ 552 milhões para serem gastos, prioritariamente, na Amazônia Legal. Desse total, porém, Cr\$ 169 milhões estão indisponíveis por terem origem na fonte orçamentária 144.

No dia 12, os nove membros do comitê — há representantes do Ministério da Economia e das entidades ambientalistas — se reuniram novamente para definir outros projetos. Há setenta em tramitação no fundo.

Os recursos do fundo provêm do orçamento da União e de doações externas, a fundo perdido. "Atualmente temos apenas os recursos da União". (Gazeta Mercantil, 06/09/90)

Juréia: descompasso ambientalista

Duzentos dos 1.400 moradores da Estação Ecológica da Juréia, no litoral de São Paulo, passaram o dia 11 na Assembléia Legislativa, lutando contra a Associação Pró-Juréia e a Fundação SOS Mata Atlântica — as mesmas entidades que evitaram que na área fossem construídas usinas nucleares ou se transformasse numa sucessão de condomínios luxuosos implantados com ajuda de grileiros jagunços.

Depois de seis horas de debates, não aprovaram a proposta dos ambientalistas, que prevê a desapropriação de toda a reserva para fins de preservação ambiental e salvaguarda das populações. Inclui a formação de um grupo de trabalho para administrar a reserva nos próximos seis meses, enquanto não fica pronto o plano de zoneamento definitivo que zelará pelos interesses da população, manter atividades produtivas compatíveis com a preservação ambiental e exigir que a fiscalização respeite os direitos dos moradores, que devem ser amparados por um plano de emergência para a pesca e agricultura de subsistência. (Jornal da Tarde, 12/09/90)

Lacrado buraco atômico, mas programa nuclear continua

Uma pedra cinza, pesando pouco mais de um quilo, e duas pás de cal. Não foi preciso mais do que isso para o presidente Fernando Collor dar início dia 18 na Serra do Cachimbo (sul do Pará) ao aterro de um poço de 320 metros de profundidade por 1,20 metros de diâmetro, com o qual o governo quer marcar uma virada

histórica: o fim do sonho, acalentado em segredo anos a fio pelos militares, de transformar o Brasil em grande potência, através do domínio da tecnologia da bomba atômica.

O ministro da Aeronáutica, Sócrates da Costa Monteiro, não quis dar entrevista. Através do porta-voz da Presidência da República, Cláudio

Humberto, mandou dizer aos jornalistas que o poço foi construído, entre 1980 e 1981, sem conhecimento do Ministério da Aeronáutica e do Centro Técnico-Aeroespacial (CTA), que faz testes com material bélico no local. Segundo ele, a responsabilidade pela construção do poço foi da Secretaria-Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN), dirigido, na época, pelo general Danilo Venturini, ministro-chefe do Gabinete Militar no governo João Figueiredo.

A decisão do presidente Fernando Collor de Mello de lacrar o poço na Serra do Cachimbo não significa que o governo brasileiro vai dar prioridade ao programa nuclear civil, de geração de energia, em detrimento do programa autônomo (paralelo), desenvolvido pelos militares. Pelo contrário, o grupo de trabalho formado pelo presidente para traçar as diretrizes do governo na área nuclear priorizou o programa autônomo, reservando US\$ 2 bilhões (cerca de Cr\$ 180 bilhões) somente para projetos militares. (*O Globo*, 19/09/90; *Folha de S. Paulo*, 19/09/90)

Feldmann processará ministros militares

A decisão do presidente Fernando Collor de inutilizar o poço da Base Aérea da Serra do Cachimbo teve desdobramento provavelmente não previstos por ele. O deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) solicitará o enquadramento do ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, e do chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), general Jonas de Moraes Correia Neto, em crime de responsabilidade por terem sonhado in-

formações ao Congresso Nacional.

A divulgação da existência do poço, negada pelas duas autoridades militares há um mês, revelou, segundo ele, a sua má fé nas respostas ao requerimento de informações encaminhado em maio pelo deputado.

Em sessão da Câmara de 16 de maio, Feldmann apresentou à Mesa requerimento de informação às duas autoridades militares, aprovado e encaminhado em 30 de maio. (*O Globo*, 19/09/90)

Atingidos por barragens exigem justiça

Os atingidos pelas barragens de Machado Mineiro, Salinas, Carafbas, Calhauzinho, Setúbal, Irapé e Santa Rita, no Vale do Jequitinhonha (MG), reunidos no 3º Encontro dos Atingidos por Barragens, nos dias 11 e 12 de setembro, em Araçuaí, denunciaram que a Cemig e o Governo de Minas Gerais, para favorecer algumas empresas de celulose, empreiteiras e grandes fazendeiros com projetos de irrigação, vêm provocando desemprego, fome, miséria e desespero em centenas de famílias.

A Cemig fala de progresso, mas destrói a pequena propriedade e provoca a intensificação do êxodo rural. Promete o desenvolvimento, mas invade as propriedades e coage os pequenos proprietários a venderem o pouco que têm por preços baixíssimos. Diz ter poucos recursos para indenizar a preços justos, mas gasta

muito dinheiro para produzir rico material de propaganda, fartamente distribuído na região.

A Cemig desrespeita também, abertamente, a legislação, recusando-se a apresentar os Relatórios de Impacto Ambiental, encobrindo, assim, os enormes riscos que acompanham estas barragens: salinização do solo, degradação ambiental, aumento das doenças.

Os atingidos vêm conseguindo se organizar e lutar por seus direitos: comissões foram até Belo Horizonte pressionar a Cemig a negociar, e em Salinas e Setúbal, como último recurso, ocuparam os canteiros de obras, suportando a intolerância da empresa e a pressão da polícia.

Diante das injustiças sociais e das calamidades ambientais provocadas pela Cemig, os atingidos exigem a paralisação imediata das obras até

que sejam revistos os valores pagos como indenização por terras e benfeitorias, que sejam atendidas todas as reivindicações referentes a reassentamento e que haja respeito às comunidades e sua cultura, bem como à legislação ambiental. Exige-se ainda que a Cemig cumpra os compromissos já assumidos e que não dê início a nenhuma outra obra enquanto não estiverem solucionados os problemas sociais criados pelas obras já iniciadas e em fase de conclusão.

Os atingidos solicitam a todos aqueles que apoiem sua luta que manifestem-se em relação à ação da Cemig, escrevendo diretamente a seu presidente: José Ivo Gomes de Oliveira — Av. Barbacena, 1.200 — Bairro Santo Agostinho — 30190 — Belo Horizonte — Minas Gerais. (*AGEN*, 12 de setembro)

Reforma agrária de Collor começa a delinear seu perfil

Os estados de Pernambuco e Alagoas foram os maiores beneficiados na distribuição de 52.250 títulos de propriedade de terras da primeira etapa do Programa de Reforma Agrária do governo. Em Pernambuco, estão sendo regularizados 18.230 assentamentos e em Alagoas, 10.619, enquanto os estados de Minas e Goiás tiveram apenas um assentamento cada.

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, informou que os títulos expedidos nesta fase são referentes a desapropriações feitas por governos passados. Ainda segundo o mi-

nistro, mais de 70% dos beneficiados já ocuparam a terra.

"Esse governo não fará desapropriações de terra em áreas de conflito", reafirmou o ministro, frustrando as reivindicações feitas pela própria Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Sem Terra, que pleiteiam a desapropriação de pelo menos novecentas áreas ocupadas por posseiros, em diversos estados. (*O Estado de S. Paulo*, 06/09/90; *Jornal do Brasil*, 13/09/90; *O Globo*, 06/09/90)

Fazenda é ocupada por 250 famílias no ES

Cerca de 250 famílias de sem-terra ocupam desde o dia 11 de setembro uma área de 90 hectares pertencentes à Floresta Rio Doce, no município de São Mateus (ES).

A área havia sido ocupada pelos sem-terra pela primeira vez no final de julho. Em 15 de agosto eles se retiraram mediante um acordo feito com a Secretaria de Estado da Agricultura e com o Incra, aguardando uma área para o assentamento definitivo das famílias. O retorno se deu, segundo os sem-terra, porque a Secretaria de Agricultura não cumpriu sua parte no acordo. (*Folha de S. Paulo*, 16/09/90)

Reforma Agrária

Como sempre tem acontecido, o tema da reforma agrária começa a ser novamente agitado neste período eleitoral. Adversários e apoiadores dessa mudança estrutural na agricultura não resistem ao grande apelo político que esta bandeira carrega e manipulam o processo, quase sempre sem nenhuma intenção de vê-lo concretizado. Por outro lado, sendo um programa massivo, envolvendo milhões de famílias despossuídas de terra como meio de produção, contém um fabuloso multiplicador financeiro que coloca o seu custo na rubrica de alguns bilhões de dólares. Essa é outra tentação a que os fracos de caráter não costumam resistir.

Esses dois ingredientes perigosos — interesses políticos e vantagens econômicas — tornam a reforma agrária um assunto obrigatório nos debates, independentemente, é claro, da discussão a respeito de sua implementação prática. Agora mesmo existem mais de 15 mil famílias passando frio debaixo de lonas, ao longo das estradas de 16 Estados, o Incra informa a existência de mais de 2,5 milhões de hectares já desapropriados (para assentá-las bastaria 1/5 dessa área) e a discussão rola em torno de quem estimulou ocupações no passado.

Manuseando o fértil filão da reforma agrária, governos conservadores prometeram fazê-la na prática, "tirá-la das mãos dos esquerdistas", "desideologizá-la" e outras bravatas mais. Chegando ao poder, sem nenhuma vontade de cumprir suas promessas, são obrigados a recorrer a engenhosos derivativos para manter as aparências e livrarem-se dessa companhia incômoda. A história recente mostra que todos os governos instalados desde que o Brasil passou a contar com uma lei de reforma agrária (o Estatuto da Ter-

ra) não fugiram a essa regra. Os recentes acontecimentos na área e as declarações do ministro Cabrera estão mostrando claramente que o governo Collor vai esgrimir o arrendamento, a discriminação de terras públicas e a titulação de áreas já ocupadas por posseiros como o seu substitutivo a um amplo redistributivo de terras capaz de permitir o acesso à condição de proprietários de pelo menos um milhão de famílias sem terra.

Ninguém, honestamente, pode duvidar que a reforma agrária carrega um caráter punitivo, pois desapropria terras mediante o pagamento em títulos, uma limitação ao direito de propriedade, se bem que mais suave quando comparada ao confisco da poupança que não pode ser resgatado em Bolsa. Não obstante, é exatamente pelo fato de não estarem executando ações legítimas de reforma, mas vendendo ilusões e substitutivos, que diversos governantes têm "premiado" os seus pagos com as benesses das suas "reformas". Castello Branco, de uma penada, decretou todo o seu Ceará como área prioritária, levantando junto também todo o Rio Grande do Sul, que os três presidentes gaúchos seguintes trataram de confirmar. Sarney foi igualmente generoso com o seu Maranhão, desapropriando no seu Estado 596.506 hectares, 13% do total afetado durante o seu mandato. Desdobrando as gestões dos seus ministros, é fácil verificar que a norma presidencial foi também seguida pelos subordinados, sobretudo na gestão Jader Barbalho, onde as desapropriações mais magnânimas foram feitas no Pará.

Assiste, portanto, toda razão ao ministro Cabrera quando procura afugentar a reforma agrária até que tenha à mão substitutivos assistenciais suficientemente generosos para premiar os latifundiários de sempre. (José Gomes da Silva, Folha de S. Paulo, 10/09/90)

Fazenda ocupada no Piauí é invadida pela polícia militar

Cerca de 150 soldados da Polícia Militar (PM) invadiram na madrugada do dia 17 a fazenda Marrecas, em São João do Piauí, ocupada há um ano. Durante a invasão foram presos líderes do Movimento Sem Terra. Ficaram feridas cinco mulheres e oito crianças, além dos internados por espancamento. O delegado da cidade, Francisco Machado, disse que os policiais invadiram a fazenda para prender o sem-terra Francisco das Chagas, que teria matado o fazendeiro Raimundo Rodrigues há vinte dias. (*Folha de S. Paulo*, 18/09/90)

Revogação de desapropriações ameaça trabalhadores

No dia 28 de agosto foi a julgamento uma Ação de Interdito Proibitório por parte das famílias que ocuparam as fazendas Saco do Rio Preto e Mamoneiras, no estado de Minas Gerais, pertencentes à empresa Charonel Agropecuária (do grupo empresarial de Herbert Levy).

Na década de 70, mais de sessenta famílias foram expulsas dessas fazendas, que estavam ociosas há vários anos. Em socorro a essas famílias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonfinópolis de Minas reivindicou sua desapropriação para fins de reforma agrária.

Desapropriadas em junho de 1989, após o proprietário ter perdido a contestação na Justiça Federal, as terras foram ocupadas por 150 famílias, que estão lá até hoje, morando e produzindo.

Em março deste ano o então presidente Sarney revogou os decretos de desapropriação das duas fazendas, abrindo assim a possibilidade do empresário Herbert Levy, atual presidente do PRN de São Paulo, expulsar novamente os trabalhadores rurais. (*Centro de Documentação e Imagem do Trabalhador — Memória*, 09/90)

Cabrera anula desapropriação irregular

O governo federal perdeu Cr\$ 1 bilhão 385 milhões 514 mil, na desapropriação irregular de terras da empresa Ouro Verde Agropecuária, localizada no Maranhão, município de Santa Luzia, segundo denúncia feita dia 14 em Brasília pelo ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera. Segundo Cabrera, a desapropriação apresentava

várias irregularidades. Para o ministro, a mais grave foi a supervalorização da área de 11 mil 553 hectares da fazenda Terra Bela. Inicialmente a terra foi avaliada em cerca de Cz\$ 3 bilhões, mas a cobertura florestística — que segundo Cabrera não passava de arbustos — elevou o preço para Cz\$ 11 bilhões 688 milhões 812 mil.

O ministro tornou nula a portaria 1.654 do ex-ministro Leopoldo Bessone e enviou o processo para apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), além de recomendar à Secretaria Nacional de Reforma Agrária que promova rapidamente uma ação de ressarcimento dos prejuízos iniciais. (*O Estado de S. Paulo*, 13/09/90 e *Jornal do Brasil*, 13/09/90)

Sem-terra depõem sobre conflito no Sul

Os doze agricultores sem-terra acusados de participar direta ou indiretamente da morte do PM Valdeci Lopes (ocorrida no conflito de 8 de agosto no centro de Porto Alegre, RS) negaram envolvimento com o caso no primeiro depoimento à Justiça.

Além de perguntas sobre o tumulto, o juiz indagou sobre épocas de plantio e colheita, para testar seu conhecimento em atividades agrícolas.

Os advogados de defesa, Luiz Goulart e Ricardo Martins, entraram com pedido de habeas-corpus para libertar Otávio Amaral e José Govaski, argumentando que as acusações são frágeis e contraditórias e que na hora do crime os acusados estavam no Hospital de Pronto-Socorro. (*Folha de S. Paulo*, 11/09/90)

Posseiro na Bahia acampa por terras

Após terem ocupado a sede do Incra em Salvador (BA), e serem obrigados a deixar o prédio sob a ameaça da Polícia Federal, cerca de 800 posseiros, incluindo crianças e gestantes, estão acampados na sede da Empresa de Assistência Agrícola e Extensão Rural (Emater), dispostos a só deixar o local com uma solução para legalização das suas terras.

Os posseiros são provenientes de várias regiões do estado e representam 6 mil famílias, algumas delas lutando há mais de dez anos para obter do governo federal o título de posse. Eles decidiram ocupar a sede do Incra depois que um dos posseiros sofreu um atentado praticado por pistoleiros. (*Jornal do Brasil*, 18/09/90)

Sem terra se mudam após um ano de cerco

Após 13 meses de ameaças e conflitos, 67 famílias sem-terra acampadas na área do fazendeiro Nério Fregonezzi, em Palma Sola (SC), serão transferidas provisoriamente pelo Incra para um assentamento próximo. Em junho de 89, os colonos estavam entre as mais de 500 famílias que ocuparam a vizinha fazenda Caldato. Em setembro de 89, durante trégua combinada com a Justiça, foram surpreendidos pela invasão de 600 PMs. O lavrador Olívio Albani foi morto e 75 colonos saíram feridos. O Movimento dos Sem Terra conseguiu negociar com os proprietários, que já tinham contratado pistoleiros, e obteve o compromisso do Incra de arranjar outra área para a instalação dos Sem Terra. (*Jornal do Brasil*, 07/09/90)

Nova batalha na Igreja Católica em Recife; a crise persiste

Envolvidas há dois anos em uma crise que ganhou ares de verdadeira guerra santa, as alas ditas conservadora e progressista da Igreja Católica em Pernambuco viveram este mês mais um grave confronto pela posse da Paróquia do Morro da Conceição (Zona Norte), que acabou mobilizando até o governo do Estado para evitar um desfecho violento.

Com um protesto inflamado em frente à igreja, mais de 200 moradores impediram o cumprimento do mandado judicial em favor da Arquidiocese de Olinda e Recife que exige a reintegração de posse da paróquia, ocupada e administrada há nove meses pela comunidade, em protesto contra a destituição do padre (progressista) Reginaldo Veloso pelo arcebispo dom José Cardoso, da linha conservadora.

Escortado por uma viatura da Polícia Militar, o vigário-geral da arquidiocese, cónego Miguel Cavalcanti,

porta-voz de dom José Cardoso, chegou ao Morro da Conceição por volta das 10 horas da manhã, acompanhado por um oficial de justiça e pelo padre Constante Daniel Wicz, nomeado vigário pelo arcebispo, mas impedido de assumir a paróquia pela resistência dos moradores.

Enquanto os manifestantes cantavam na porta da igreja, uma comissão informava aos representantes da arquidiocese que os moradores decidiram não entregar as chaves do templo. Os advogados dos membros do conselho paroquial citados na ação judicial tentaram ainda conversar com o cónego Miguel, propondo o adiamento do mandado até a volta do arcebispo dom José, que viajou para Roma três dias depois de recorrer à justiça. Mas o cónego não aceitou e se retirou do local com o oficial de justiça para pedir reforços à Polícia Militar.

“É a primeira vez na história da igreja aqui que um sacerdote entra

na sua paróquia pelas mãos de um oficial de justiça e não dos fiéis e do arcebispo”, declarou o ex-padre local Reginaldo Veloso.

Na subida do Morro da Conceição, o cónego Miguel Cavalcanti e o oficial de justiça esperaram por mais de quatro horas pelo reforço policial. Quando o comandante do Batalhão de Choque chegou ao local com três viaturas, a solução já estava definida: através de um telefonema para o juiz Célio Montenegro, por sugestão de um major da PM, o oficial de justiça foi informado da suspensão do mandado de reintegração de posse.

“Não tínhamos nenhum interesse em um confronto incluindo mulheres e crianças ali do morro”. Com a decisão, os paroquianos conseguiram um prazo de 30 dias até o julgamento da ação, para negociar uma saída para o conflito com o arcebispo dom Cardoso Sobrinho. (*Jornal do Brasil*, 06/09/90)

Papa consagra luxuosa catedral na África

O papa João Paulo 2º realizou em dez dias a sua sétima viagem ao continente africano. Durante uma visita de 20 horas à Costa do Marfim, última etapa da viagem, o papa consagrou a Basílica de Nossa Senhora da Paz, em Yamussoukro, o maior templo católico da África.

A basílica, que de acordo com os construtores é uma réplica em escala real da Catedral de São Pedro em Roma, teve a construção patrocinada pelo presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, e foi doada à Igreja como “um presente pessoal” do presidente ao Vaticano. Com um custo estimado em US\$ 150 milhões, a construção do luxuoso templo foi objeto de controvérsias num continente caracterizado pela pobreza e onde a própria Igreja tem dificuldades para sobreviver. A missa de consagração foi rezada em latim e reuniu cerca de 100 mil pessoas nas imediações do templo, embora apenas 7 mil tivessem acesso às acomodações no interior da basílica.

No início da cerimônia, o cardeal

‘Quem gosta de pobreza é intelectual?’

A indignação com a suntuosidade eclesástica em meio à pobreza e miséria já é tema recorrente. Não custa reavivar as consciências.

É certo que no inconsciente coletivo das sociedades colonizadas há uma admiração pela beleza principesca das catedrais e dos rituais litúrgicos tradicionais. Aqui não se trata de negar à população este acesso estético, que não é domínio dos donos da liturgia, mas propriedade do seu universo simbólico, e em muitos casos patrimônio cultural da humanidade. O que está em jogo são outros símbolos, aqueles não confes-

sos, de uma Igreja consorciada ao poder econômico e à dominação política. Trata-se da recepção espúria do Estado do Vaticano de um presente do Estado expoliador da Costa do Marfim. Esta mistura de poder de Estado com patrimônio eclesástico acaba prestando serviços à manipulação de “consciências” ingênuas e crentes.

Dificilmente o conjunto da vida do povo poderá ser celebrado sem camuflagens em tal Basílica. Afinal pobreza explícita e ideologia virtual não combinam. (Rafael Soares de Oliveira/CEDI, 18/09/90)

nigeriano Francis Arinze, em nome do Conselho Geral do Sínodo Episcopal para a África, leu um comunicado em resposta à divisão que a construção do templo gerou na própria

Igreja local. “Os africanos podem não ter uma bela casa”, disse, “mas se alegram que Deus possua como morada um templo tão maravilhoso”. (*O Estado de S. Paulo*, 11/09/90)

Imprensa registra novos equívocos em relação a Igrejas

A revista *Veja* de 19 de setembro publicou a seguinte nota sob o título *A CNBB dos evangélicos*: "As igrejas evangélicas se fragmentam e se dividem numa velocidade espantosa. A partir desta segunda-feira (17 de setembro), 1.400 pastores evangélicos brasileiros de mais de trinta seitas diferentes se reúnem em Serra Negra, no interior de São Paulo, para tentar colocar ordem no caos. Será fundada uma entidade que congregará líderes pastorais, nos moldes da CNBB, que reúne os bispos católicos. Um dos objetivos é criar uma referência ética para o comportamento das seitas."

Este é um exemplo da gravidade do tratamento recebido pelas igrejas na "grande imprensa" brasileira. A reunião a que a nota se refere trata-se do Congresso da Vinde (Visão Nacional de Evangelização), uma entidade criada pelo pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, Caio Fábio d'Araújo Filho em 1978.

A Vinde realiza congressos anuais para tratar das questões ligadas à evangelização no Brasil, reunindo membros das diversas igrejas evangélicas tradicionais. O congresso deste ano realizado em Serra Negra (SP), de 17 a 21 de setembro, permaneceu com os mesmos objetivos dos anteriores, sem qualquer intenção de fundar

uma entidade, que a revista compara à CNBB.

Na verdade existe um movimento por parte de grupos ligados às igrejas evangélicas tradicionais para que estas tenham um nível maior de articulação. Este movimento nada tem a ver com a Vinde e é resultado de duas consultas realizadas sob o tema "Unidade Visível da Igreja", fruto da preocupação com os escândalos que envolveram parlamentares evangélicos identificados com a retomada de uma Confederação Evangélica do Brasil, totalmente desligada de suas raízes e desvirtuada de seus objetivos originais. A partir das consultas, os participantes decidiram criar um órgão — a Associação Brasileira Evangélica —, que segundo sua comissão organizadora não tem pretensões majoritárias ou exclusivistas, e visa representar os evangélicos brasileiros. A filiação seria pessoal, organismos paraclesiásticos, comunidades e denominações.

A revista, fundindo as duas informações, demonstra seu objetivo de desinformar o público, criando e renovando preconceitos e resistências. A tarefa dos leitores torna-se cada vez mais redobrada: buscar a informação e também a verdade. Fica o desafio. (Magali do Nascimento Cunha/CE-DI, 17/09/90)

Assessoramento pastoral é tema de curso ecumênico

O assessoramento pastoral em situações de crise, como doença, pobreza, morte, luto, velhice, problemas de relacionamento pessoal e familiar, será trabalhado no 2º Curso de Clínica Pastoral Contextualizada. O curso tem caráter ecumênico e é promovido pela Escola Superior de Teologia, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

O objetivo é capacitar os alunos em teoria e prática, levando em consideração o(a) pastor(a) como pessoa em meio aos desafios e conflitos

que o ministério pastoral lhe impõem.

O curso será desenvolvido em duas etapas intensivas de três semanas cada uma — entre 7 e 25 de janeiro de 1991 e 01 e 19 de julho de 1991. Para maiores informações, fazer contato com: P. Dr. Lothar C. Hoch e P. Supervisor Ivo Lichtenfls. Escola Superior de Teologia Cx.P.14 cep 93.001 — São Leopoldo — RS Tel.: (0512) 92-1763.

O prazo para inscrição termina em 15 de novembro de 1990.



ELEIÇÕES
& IGREJA

Candidatos evangélicos debatem

Um encontro entre candidatos evangélicos à Câmara Federal foi realizado na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro no dia 31 de agosto. O debate foi promovido por um grupo de evangélicos, e contou com os deputados federais Arolde de Oliveira (batista, PFL), Lysâneas Maciel (reformado, PDT), Benedita da Silva (Assembleia de Deus, PT) e Daso Coimbra (congregacional, PRN).

Arolde de Oliveira foi questionado sobre seu apoio ao Centrão e a nota recebida pelo Diap: 0,75. Sua resposta foi simples: ele seguiu a orientação do partido, votando com o Centrão e "a nota do Diap não conta pois o Diap é da CUT". Ele não justificou porque se colocou contra as propostas de direitos trabalhistas.

Lysâneas Maciel declarou-se "animado para ir para o Congresso pois o povo está saindo do bom senso para o senso crítico". O que o anima é o desejo de ver que este povo se torna parceiro na luta.

Benedita da Silva posicionou-se sobre o Centrão: "Eu não poderia pertencer a um grupo que vive a mercê de interesses, porque fui eleita pelos trabalhadores".

As questões polêmicas giraram em torno do deputado Daso Coimbra. Ele disse ser defensor das minorias, da liberdade religiosa e de expressão, da igualdade racial, dos salários e proventos justos. Porém, ele votou na Constituição contra os direitos dos trabalhadores e a reforma agrária e a favor dos cinco anos para Sarney, sendo um dos grandes articuladores do Centrão. Daso acusou os jornalistas de publicarem inverdades sobre ele por "serem de esquerda". (Antônio Carlos Ribeiro/AGEN, 04/09/90)

Bispos orientam

Não vote em corrupto nas eleições de outubro. É a orientação básica que bispos de 13 dioceses do Pará e Amapá estão dando aos eleitores nas igrejas. (Folha de S. Paulo, 10/09/90)

Procurador quer 'lei do genocídio' contra assassinato dos Yanomami

Garimpeiros armados atacaram as aldeias Yanomami de Olomai e Romoche, em Roraima, no dia 6 de setembro. Na aldeia Olomai, próxima ao rio Auaris, mataram o tuxáua Lourenço, de 70 anos, e seu filho Konaaka. Deixaram Waxi Sanumá ferido em estado grave, com doze tiros. Na ação morreram três garimpeiros. Em Romoche, próximo à pista de pouso Jeremias, os garimpeiros feriram à bala o menino Piauí, de 12 anos.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, pediu abertura de inquérito para apurar as

mortes. No pedido encaminhado ao diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, o procurador solicita a aplicação da lei 2.889, a "lei do genocídio". Essa lei define penas de 12 a 30 anos de prisão para os assassinos e responsáveis pela situação que permite o genocídio dos índios. Além de pedir a abertura do inquérito, o procurador expediu um aviso ao chefe do Estado Maior das Forças Armadas, solicitando empenho para o cumprimento da ordem judicial de retirada dos garimpeiros. (Folha de S. Paulo, 11/09/90)

Ibama diz que cederá Florestas Nacionais no caso Yanomami

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) vai abrir mão de duas Florestas Nacionais — de Roraima e do Amazonas. "Não temos interesse na manutenção dessas duas Florestas Nacionais", disse a presidente do Ibama, Tânia Munhoz. "Mas só poderemos abrir mão dessas florestas após a Funai concluir a demarcação das terras Yanomami", emendou. Tânia lembrou que a tese da revogação dessas Florestas Nacionais é endossada pelo Secretário Nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger. "Também somos contra as três reservas garimpeiras criadas pelo governo José Sarney em áreas próximas às terras dos Yanomami", assegurou Tânia Munhoz. (Jornal do Brasil, 15/09/90)

Funai virou comitê político

Numa jogada política na tentativa de beneficiar o usineiro alagoano João Lyra (PSC), candidato ao senado em Roraima e que tem o apoio do presidente Fernando Collor de Mello, a Fundação Nacional do Índio (Funai) só reiniciará a retirada de garimpeiros das áreas dos Yanomami depois das eleições, pre-

Matéria especial sobre Yanomami na Veja se esmera em preconceito

Com catorze páginas e mais de uma dezena de fotos, além de mapas que retratam a situação dos Yanomami, a matéria de capa da revista *Veja* de 19 de setembro traz uma reportagem especial sobre a calamitosa situação deste povo.

Embora o título da matéria esboce uma tentativa de denunciar os estragos devidos a invasão garimpeira no território Yanomami, ela resultou num artigo que desvia o foco central do problema. O governo e os militares são poupados de responsabilidade na trágica situação que vivem os Yanomami. Ao mostrar o problema como sendo só dos índios e dos garimpeiros, os Yanomami passam por latifundiários, primitivos e violentos. (CEDI, 18/09/90)

cisamente no mês de dezembro, com a ajuda da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Ministério do Exército.

A informação da retirada dos garimpeiros foi dada pelo presidente da Fundação Nacional do Índio, Cantídio Guerreiro. (Folha de Boa Vista, 05/09/90)

Survival acusa Exército brasileiro

A *Survival International*, uma organização de defesa dos povos indígenas sediada em Londres, está acusando o Exército Brasileiro de ter expulsado os índios Tucano de uma mina de ouro na Serra do Traíra, na fronteira com a Colômbia. Segundo o diretor da entidade, Jonathan Mazower, a entidade está lançando uma campanha mundial a favor dos índios e, em breve, o governo brasileiro receberá milhares de cartas de protesto contra o destino dos índios Tucano. (O Globo, 01/09/90)

Opan oferece estágio prático

A Opan (Operação Anchieta) — organização não-governamental fundada em 1969 — está selecionando outro grupo de 8 a 10 pessoas para iniciar o próximo estágio de indigenismo em abril de 1991, que incluirá uma parte teórica em Cuiabá e uma parte prática em áreas indígenas no Amazonas. Aos interessados, entrar em contato para maiores informações. Endereço: caixa postal 615, cep 78001, Cuiabá, MT, fone: (065) 322-2980

Madeireiras multadas

Em operação realizada em Rondônia no dia 12, seis agentes do Ibama e oito da Polícia Federal tiveram que utilizar também um avião da Funai para retirar oito invasores que estavam extraindo madeira das áreas indígenas Roosevelt, Rio Branco e Uru-Eu-Au-Au. Na operação foram autuadas as madeireiras Amapal e Cometa. (O Globo, 15/09/90)

Uru-Eu-Au-Au e garimpeiros

Os índios Uru-Eu-Au-Au, que vivem nas proximidades do rio Cautário (RO), reagiram com flechadas a uma tentativa de invasão de sua reserva por garimpeiros. Segundo Sidney Possuelo, da Funai, os garimpeiros fugiram para Guajará Mirim. (Tribuna da Imprensa, 05/09/90)

Madeireiros ameaçam matar três indigenistas em Rondônia

Os indigenistas Antenor Albuquerque Vaz, Rieli Franciscato e Mauro Renato Oliveira, responsáveis pela equipe de oito funcionários da Funai que faz o trabalho de localização dos índios isolados na Reserva Biológica do Guaporé em Rondônia, estão sendo ameaçados de morte por madeireiros da região.

Segundo o assessor para assuntos de índios isolados da Funai em Cuiabá, Ariovaldo José dos Santos, o madeireiro é quem comanda as ações contra o trabalho dos funcionários da Funai. Os indigenistas ficaram sabendo das ameaças por meio de contatos que tem em Rolim de Moura e Alta Floresta do Oeste e passaram a diversificar os locais de pousada. (*Jornal da Tarde*, 12/09/90)

Grupo Interministerial para Política Indigenista se reúne pela primeira vez

O Grupo Interministerial encarregado de definir a Política Indigenista do governo Collor reuniu-se pela primeira vez no dia 12 de setembro. Participaram desta reunião: Elmer Prata Salomão — DNPM/Ministério da Infra Estrutura; Raimundo Carvalho Noronha — Secretaria Nacional de Reforma Agrária; Jorge Terena — Secretaria Nacional do Meio Ambiente; tenente coronel Alvaim Couto Filho — Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos; Ivete Maria Barbosa Madeira — Ministério da Educação; Renato D'Almeida Leone — Ministério da Ação Social; Marcos Soares Porto — Ministério da Saúde; Enio Cordeiro — Sub-Chefia da Presidência da República; Capitão de Fragata Domingos Sergio Meirelles e o Superintendente-Geral da Funai Evidio Batistelli que coordenou

os trabalhos. Participaram ainda Sonia Demarquet e Roberto Cantelli, na condição de secretária e assessor da Funai para a reunião.

Na ocasião, além da seleção de temas que serão discutidos pelos membros do grupo, definiu-se um roteiro de viagem para "consultas" às áreas indígenas. O grupo irá inicialmente ao Parque do Xingu assistir ao Kuarup dos Kuikuro e de lá seguirá o seguinte roteiro: Brasília/Xingu — Munduruku/PA — Manaus/Rio Negro/Pari-Cachoeira/Iauaretê — Surucucus/Catrimani (Yanomami) — Waimiri/Mapuera/Oriximiná — Tiriós/Apalá/Macapá/Oiapoque — Belém/Gorotire/Kikretum/Brasília.

Está prevista também uma viagem ao Sudeste/Sul do país, com data a ser confirmada. (CEDI, 17/09/90)

Convênio permite ingresso de índios na universidade

Um grupo de dez índios estuda na Universidade Católica de Goiás, em Goiânia, graças a um convênio com a União das Nações Indígenas (UNI). Há um ano, a UNI selecionou dez índios de diferentes tribos que já tinham formação escolar de 1º e 2º graus.

Um Pankararu (PE), dois Kaingang (RS), um Terena (MS) e um Bakairi (MT) fazem o curso de bacharel em Direito. Seis outros, um Suruf (RO), um Krenak (MG), dois Tikuna (AM), um Xavante (MT) e um Yanomami (RR) frequentam o curso de extensão em Biologia Aplicada com duração de dois anos e meio. Esse curso conta com acompanhamento extra-acadêmico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária (Embrapa), da Escola Superior

de Agricultura Luiz de Queiroz (de Piracicaba) e da Fundação Gaia, presidida no Brasil pelo atual secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger.

Segundo Ailton Krenak, presidente da UNI, o principal objetivo de conduzir os índios à universidade é recuperar a "memória da criação do mundo". Seria o conjunto de conhecimentos tradicionais dos grupos indígenas que se manifestam na utilização dos recursos naturais como as plantas da floresta. Por isso a ênfase da formação dos índios é dada ao curso de biologia, que conta com uma chácara de 15 hectares a 20 km do centro de Goiânia, denominada Centro de Pesquisa Indígena (CPI).

No Centro são realizados os cursos experimentais: piscicultura; manejo de animais silvestres; cultivo de

plantas nativas; tecnologia de coleta, processamento, conservação, produção comercial e marketing com frutas nativas; agricultura regenerativa e divulgação e comunicação.

Um dos projetos experimentais já em andamento no CPI visa dar aproveitamento às plantas nativas, com prioridade para as espécies frutíferas. Inicialmente os índios estão aprendendo como recuperar o solo degradado pelo uso do fogo, para então desenvolver técnicas de processamento de frutas para comercialização.

O projeto de graduação em direito tem por objetivo formar os índios e especializá-los na defesa dos direitos constitucionais de suas comunidades. A especialização reflete a situação de proteção das áreas indígenas no país. (*Folha de S. Paulo*, 16/09/90)

A geografia do voto no Brasil

Eleições 1989

Um livro de Fernando Cotrim

A análise geopolítica das últimas eleições presidenciais

Faça seu pedido ao IBASE, Rua Vicente de Souza, 29 - Rio de Janeiro - 22251 - Tel: (021) 286-0348

Lançamento IBASE

Fim do imposto sindical assusta confederações

O fim do imposto sindical, decretado pela Medida Provisória 215, está provocando um verdadeiro pânico nas federações e confederações de trabalhadores, cuja receita depende basicamente do dinheiro arrecadado por esse imposto. Assustadas, elas fazem agora pressão sobre o Congresso para que o imposto seja mantido ou, pelo menos, eliminado aos poucos.

A cobrança do imposto sindical por mais de cinco décadas permitiu que algumas entidades sindicais cons-

trussem um patrimônio milionário. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília, são dois bons exemplos disso. As duas possuem sedes suntuosas em locais nobres da cidade e ainda têm muito dinheiro para auxiliar federações e sindicatos a elas filiados.

A CNTI e a CNTC são dirigidas há anos pelos mesmos presidentes.

Antonio Alves de Almeida desde 1963 é presidente da CNTC, cargo que José Calixto Ramos ocupa desde 1983 na CNTI. Mas antes de assumir a presidência, Ramos já participava da diretoria da entidade.

As confederações perderam representatividade com o surgimento das centrais sindicais (CUT e CGT) e há hoje no movimento sindical sérias dúvidas quanto a sua utilidade para o trabalhador. (*O Estado de S. Paulo*, 08/09/90)

Bancários: cresce greve

Os bancários de entidades privadas e estaduais de São Paulo decidiram continuar a greve, em assembleias que juntas somaram 7.500 pessoas. Eles evitaram discutir o mérito da sentença dada pelo Tribunal Regional do Trabalho que decidiu conceder estabilidade no emprego por 90 dias e um reajuste de 55,8% sobre a antecipação dada em agosto pela maioria dos bancos aos bancários da capital, região do ABC e Santos. Os bancários pediam reposição de 297%.

Além de fixar o reajuste, o TRT considerou a greve "rigorosamente não abusiva" e mandou os bancos pagarem os dias parados. A sentença do TRT foi considerada insuficiente, até inferior à proposta da Fenaban.

O movimento grevista no país manteve adesão de 75% da categoria, com variações de Estado para Estado, segundo o coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Ricardo Berzoini. No Rio de Janeiro gira em torno de 60%. Em Porto Alegre, as agências bancárias que abriram funcionaram precariamente. Segundo cálculos do Sindicato dos Bancários, 80% do quadro de pessoal dos bancos aderiram ao movimento. Em Curitiba a greve é feita por aproximadamente 70% dos 13 mil bancários dos estabelecimentos particulares. Em Campinas, a terceira praça do país em compensação de cheques, atingiu o índice de 80% da categoria, com a adesão dos funcionários do Banespa. (*Folha de S. Paulo*, 18/09/90; *O Globo*, 15/09/90)

Governo quer alterar Lei de Greve

O consultor-geral da República, Célio Silva, encaminhou no último dia 5 ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, projeto de alteração da Lei de Greve, que prevê a convocação, pelo presidente da República, de grevistas ou quaisquer trabalhadores maiores de 18 anos para a manutenção de serviços essenciais paralisados. O projeto considera legítimo o exercício do direito de greve resultante do não cumprimento de acordos ou convenções coletivas ou de frustração de negociações.

O projeto considera falta grave a recusa dos trabalhadores em prestar serviços inadiáveis à comunidade, durante paralisação em atividades essenciais; proíbe a formação

de piquetes e considera o locaute — greve promovida por empresários — um crime contra a organização do trabalho.

Mas o rol de adornos repressivos à atual Lei de Greve inclui também proibição dos piquetes e ampliação da lista de atividades consideradas essenciais.

Melhor seria se o governo se ocupasse do cumprimento da lei existente do que com o agravamento das limitações nela previstas. Proibir piquetes equivale a frustrar o direito de greve. Não há razão plausível para se pensar na edição de nova Lei de Greve. Adornos repressivos em nada contribuirão para a paz social. (*O Estado de S. Paulo*, 06 e 11/09/90)

Metalúrgicos articulam sindicato único no ABC

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André deve se reunir com representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, para preparar um calendário de atividades visando a criação de um sindicato único que reúna os cerca de 200 mil metalúrgicos das sete cidades do ABC.

Os trabalhos de unificação devem começar com a distribuição de boletins explicativos aos trabalhadores de São Caetano, cujo sindicato é ligado à CGT.

A tese de unificação faz parte da

plataforma de diretrizes do sindicato de São Bernardo e foi aprovada também pelos cerca de 200 delegados de base do sindicato de Santo André que participaram do 4º Congresso dos Metalúrgicos, realizado nos dias 15 e 16 na Praia Grande, litoral paulista.

Também foi aprovada a participação da CUT nas negociações do pacto social e o movimento para a extinção do trabalho aos sábados, já que 30% da categoria ainda cumprem jornada de 6 dias. (*Diário do Grande ABC*, 18/09/90)

Collor reconhece importância social da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) recebeu do presidente Fernando Collor de Mello a garantia de que não haverá nenhuma condição, exigência ou pré-requisito para a participação da central nas negociações sobre o entendimento nacional.

Depois de cinquenta minutos de reunião com Collor, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse: "O presidente me assegurou que todos os pontos da nossa pauta de reivindicações são matéria de discussão. Ouvi de Collor o que me interessava, e é essa garantia do governo que vou levar para a reunião da executiva".

Foi um encontro respeitoso, conforme definiu o sindicalista. A certa altura, Collor disse a ele que reconhecia a importância social da CUT. Com um sorriso declarou: "Daqui a quatro anos eu saio, e a CUT continua".

Ele considerou a posição assumida por Collor lógica. "Vamos discutir dentro de um processo democrático", afirmou.

A CUT decide durante reunião ampliada da Executiva Nacional a participação nas conversações sobre o pacto. (*O Estado de S. Paulo*, 20/09/90)

Tentativa de entendimento não é recente

Esta é a segunda tentativa que o governo Collor faz para envolver a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nas negociações de um pacto antiinflacionário. Na primeira, no final de junho, a entidade se retirou por não ter sido atendida nas reivindicações de reintegração dos funcionários públicos demitidos e salários reindizados.

Agora o governo volta a insistir na participação da Central, dada sua força no movimento sindical. Aos sete anos de existência ela conseguiu a filiação de 1.400 sindicatos e associações em todo o Brasil e representa cerca de 18 milhões de trabalhadores.

A primeira vez que a Central Única dos Trabalhadores esteve no Palácio do Planalto para discutir o pacto social foi no dia 4 de abril de 1986, no encontro com o então presidente José Sarney em que participaram várias entida-

des sindicais, e não houve entendimentos concretos.

Com treze itens, o documento que Meneguelli levou a Collor inclui, entre outras reivindicações, reposição de perdas salariais, política salarial com reajuste integral, contrato coletivo de trabalho, reforma agrária, não-pagamento da dívida externa etc.

As tendências de oposição à Articulação, grupo majoritário no interior da CUT, como a Convergência Socialista, Partido de Libertação Proletária (PLP) e a CUT Pela Base, acham que a participação no pacto significará a capitulação da entidade ao projeto neoliberal de Collor.

Meneguelli se reuniu com Collor porque representa a classe trabalhadora. Isso não significa adesão incondicional ao pacto social que o governo quer implementar. (*Jornal da Tarde*, 17/09/90; *Folha de S. Paulo*, 17/09/90)

Operários assumem Remington

Os 2.100 trabalhadores da indústria de máquinas de escrever Remington, através de sua associação de funcionários, são agora os novos donos da empresa, que está sendo dirigida pela sua comissão de fábrica.

O novo presidente da Remington, Jádriel Menezes Santos Filho, que é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, anunciou que o proprietário anterior da indústria doou seu con-

trole acionário à Associação dos Funcionários, pressionado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa.

A Remington está concordatária desde dezembro de 1989 e atualmente tem uma dívida na praça de aproximadamente Cr\$ 1,6 bilhão e uma dívida trabalhista de Cr\$ 180 milhões que inclui dois meses de salários atrasados. (*O Globo*, 11/09/90)

Medeiros vai lançar sua central

Luís Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e o grupo de sindicalistas a ele ligados, irão fundar a Confederação Democrática dos Trabalhadores (CDT) até o final deste ano. Desistem

de tentar a fusão das duas CGTs — a Confederação Geral dos Trabalhadores, presidida por Francisco Canindé Pegado, e a Central Geral dos Trabalhadores, de Joaquim dos Santos Andrade. (*Jornal da Tarde*, 15/09/90)

Medida provisória do governo propõe 13º para aposentados

O governo vai baixar uma medida provisória alterando a sistema de benefícios pagos pela Previdência Social.

A medida desvincula as aposentadorias e pensões do salário mínimo, que passarão a ser corrigidas a cada bimestre pelo Índice da Cesta Básica (ICB); institui o 13º salário integral para aposentados e pensionistas e altera o cálculo para concessão de novas aposentadorias. O menor valor de benefício passará a ser o salário mínimo.

A medida aumenta de 1,2% para 2% sobre o faturamento das empresas a contribuição do Finsocial. (*Folha de S. Paulo*, 19/09/90)

CBA propõe erradicação da pobreza

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Com a aprovação de uma Declaração que propõe priorizar a educação básica em uma política nacional de combate às raízes estruturais

da pobreza, com a promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico, terminou em São Paulo, dia 16, o Congresso Brasileiro de Alfabetização (CBA). No documento, o CBA compromete-se com o combate ao preconceito em relação ao analfabeto, reconstruindo o conceito de alfabetização. Reivindica a garantia do direito de todos à alfabetização, à escolarização e à continuidade do processo educativo, bem como a am-

pliação substancial dos recursos para a educação básica. Aponta para a urgência da valorização do magistério, da formação dos educadores e da pesquisa em alfabetização. O último ponto do documento fala da necessidade de garantir a participação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização. Os educadores Darcy Ribeiro e Paulo Freire estiveram no encerramento do CBA, demonstrando afeto mútuo e grande convergência de opiniões. Darcy Ribeiro considerou secundárias as discussões metodológicas, destacando o analfabetismo como uma questão de política. Freire afirmou que a alfabetização não pode estar separada dos movimentos sociais populares. (CEDI, 19/09/90)



Plenário vota: ensino básico é prioridade

Analfabetismo — o mesmo filme?

Quase dois anos após a promulgação da última Constituição ainda nos encontramos frente ao grande desafio por ela estabelecido de eliminar o analfabetismo e universalizar a educação básica em um prazo de dez anos, hoje já reduzido a oito.

Uma rápida caracterização do fenômeno mostra que hoje temos cerca de 20 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade que não sabem ler nem escrever. Este número cresce para 45,5 milhões se utilizarmos um critério mais rigoroso, menos de quatro anos de estudo.

Há uma nítida correlação entre pobreza e analfabetismo, fazendo-os indissolúveis no enfrentamento de suas causas e conseqüências. São os mais pobres os excluídos do direito de ler e escrever. São eles também os excluídos de outros direitos sociais básicos.

Ao longo deste século houve um movimento de queda no índice percentual do analfabetismo, apesar do crescente número absoluto de analfabetos. Essa queda foi provocada pela expansão das vagas no ensino básico, bem como pela oferta de programas de educação de jovens e adultos.

Há, porém, uma outra face do problema. Nos últimos anos, ampliou-se no Brasil a oferta de vagas com redução dos recursos aplicados. O investimento por aluno caiu de 88 dólares em 1980 para 60 em 1986, enquanto os países do primeiro mundo ampliaram em média de 471 dólares para 595. O crescimento ocorreu, mas houve uma terrível queda na qualidade do ensino, reforçando uma outra forma de exclusão, aquela produzida pelo aumento da evasão e da repetência dos alunos. É por isto que os educadores incorporaram à luta por ampliação de vagas a bandeira da qualidade.

O governo federal lança um novo programa de atendimento aos analfabetos. Cumpre obrigação de governo democrático que busca respeitar o que está estabelecido na nossa Constituição. Há no entanto algumas dúvidas, que fazem prever novos fracassos.

O analfabetismo está intimamente relacionado com o problema da pobreza e esta cresceu no país, nos últimos anos, aumentando o número dos excluídos dos direitos sociais básicos. Como acreditar, então, em um programa setorial de educação,

estabelecido por um governo que aponta, em seu modelo de desenvolvimento global, para a recessão e o desemprego? Projetos setoriais de educação devem vir acompanhados de programas amplos de desenvolvimento social. Uma segunda dúvida aparece ao se anunciarem metas de curto prazo de superação do analfabetismo, sem que se apontem condições duradouras de médio e longo prazo que garantam a sua não produção e não regressão.

Como acreditar, finalmente, na vontade política de um governo que pretende superar os problemas do analfabetismo ao destinar apenas 40 bilhões de cruzeiros para o próximo ano, muito abaixo daquilo que a própria Constituição estabelece como mínimo? O governo oferece neste programa 100 dólares em média por aluno quando a Unesco verificou serem necessários pelo menos 300.

Não estaremos diante de mais uma forma de fazer do interesse político por ampliação da oferta de serviços educacionais uma maneira de continuar excluindo os mais pobres? Acho que já vimos este filme antes. (Sérgio Haddad/CEDI/Folha de S. Paulo, 12/09/90)

Alfabetização é a nova cruzada de Collor

Nos cinco anos de seu governo, o presidente Fernando Collor de Melo quer reduzir em 70% o número de analfabetos do país — 5 milhões de crianças entre sete e 14 anos que não estão nas escolas e dois terços dos 25 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever. A meta foi anunciada dia 11 de setembro, no lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Para “banir a vergonha do analfabetismo”, disse Collor, até o final deste ano o governo federal gastará Cr\$ 10 bilhões e já reservou Cr\$ 40 bilhões para 1991.

O plano, a princípio concebido para atender mais aos adultos, mas que agora prioriza as crianças, não opta por nenhum método de alfabetização. O governo apenas traçou as metas e linhas de ação a serem seguidas pelos estados e municípios na elaboração de planos a serem executados com a participação da comunidade. Ficará a cargo de cada região a elaboração do seu projeto, através de reuniões já denominadas de “assembleias municipais, estaduais e nacionais”.

Na primeira fase, os municípios devem criar — até o dia 28 deste mês, nas assembleias municipais —

um plano de ação integrado com as linhas gerais do programa do governo, traçando um diagnóstico da situação local, como problemas e causas prováveis do analfabetismo na área. O governo só liberará verbas para as regiões que comprovarem dificuldades financeiras para desenvolver o plano. Nas assembleias estaduais — até o final de outubro — serão consolidadas em um único documento as propostas de cada município. No encontro nacional — de 5 a 7 de dezembro —, será firmado o compromisso de cada região com o governo federal.

O programa prevê para a fase preparatória a escolha de locais adequados para a realização de aulas e a aquisição e distribuição de material didático. O Ministério da Educação, nesse período, promoverá a reforma e ampliação de salas de aula e a construção de novas escolas para crianças dos 7 aos 14 anos, enquanto municípios e estados devem prever o recrutamento, seleção e treinamento dos professores e definir como vão garantir sua remuneração.

A segunda meta do programa são os adultos — no Brasil, 40 milhões têm menos de quatro anos de escolaridade e 80 milhões têm menos de

sete anos. O governo quer levar, nos próximos anos, esses adultos pela primeira vez ou de volta às escolas públicas, para conclusão do curso fundamental. O ministro Carlos Chiarelli justificou a opção do governo por cursos de alfabetização dados pelos atuais professores da rede pública, que receberão treinamento especial para realizar a tarefa, como uma forma de integrar os analfabetos adultos às atuais escolas.

Até agora, os recursos para execução do programa são do Tesouro Nacional e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mas o governo está na expectativa de um empréstimo do Banco Mundial de US\$ 300 milhões.

Os estados do Nordeste são prioritários, pois concentram o mais alto índice de analfabetos do Brasil: uma média de 48,5%. O Piauí é o pior caso, com 53% de analfabetos. São Paulo também será alvo do programa, afinal, 18% dos paulistas não sabem ler nem escrever — são quase 5 milhões de pessoas. “Trata-se de um projeto de mobilização do país”, disse Collor, que acenou com a viabilização do ensino e dos professores das escolas públicas. (*Jornal do Brasil*, 12/09/90)

Governo Paralelo quer frente em defesa da educação

Cristóvam Buarque, responsável pelo setor educacional do chamado “ministério paralelo” do PT, apresentou dia 13 o documento Educação Urgente ao ministro da Educação, Carlos Chiarelli. Trata-se de uma proposta de mobilização geral da sociedade brasileira para criar uma estrutura educacional “que atenda às necessidades de nossos filhos e às exigências do futuro do nosso país”.

O Governo Paralelo quer que o Congresso Nacional reconheça o quadro de calamidade da educação brasileira e convoque toda a sociedade para a formação de uma ampla Frente Nacional em Defesa da Educação. No plano parlamentar seria criada uma comissão para a definição dos

recursos necessários a um conjunto de ações básicas. O projeto prevê o aumento dos gastos dos atuais 3,5% do PIB para cerca de 7%. Com um cronograma rígido, o Brasil deveria implantar, no máximo em cinco anos, um sistema de educação que assegure matrícula, em escola pública de qualidade, a toda criança brasileira. Outra prioridade seria a incorporação de todos os recursos da escola na luta contra o analfabetismo de jovens e adultos, com o apoio e envolvimento de toda a comunidade nacional neste programa de alfabetização, através do treinamento de alfabetizadores, financiamento a entidades da sociedade civil e a divulgação de novas técnicas. (*CEDI*, 19/09/90)

São Paulo luta contra analfabetismo

A Prefeitura da cidade de São Paulo tem feito um trabalho de alfabetização de adultos, organizado pelo Secretário Municipal de Educação, Paulo Freire. O projeto foi batizado de Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova). Através de convênios com entidades, como Associações de Moradores, foram criadas este ano 630 salas de aula que atendem quase 10 mil adolescentes e adultos. Só na capital paulista os analfabetos são 1,25 milhão. Várias classes funcionam em favelas e cortiços.

O coordenador do Mova, Moacir Gadotti, disse que o programa tem servido de modelo para prefeituras de outros Estados, como a de Belém, que acaba de implantar projeto semelhante. (*O Globo*, 16/09/90)

Bush foi avisado por Saddam sobre invasão do Kuait

Uma semana antes de invadir o Kuait, o presidente iraquiano Saddam Hussein advertiu a embaixadora americana em Bagdá, April Glaspie, que os Estados Unidos não deveriam se opor aos seus objetivos no Oriente Médio. "A sociedade de vocês não consegue aceitar 10 mil mortes numa batalha e é vulnerável a ataques terroristas", ameaçou Saddam, segundo a transcrição iraquiana da conversa.

A versão iraquiana do encontro mostra Saddam fazendo advertências explícitas a Glaspie de que levaria adiante qualquer ação que considerasse necessária para impedir que o Kuait continuasse sua "guerra econômica" contra o Iraque. A resposta da embaixadora, segundo os iraquia-

nos, foi reafirmar a Saddam que os Estados Unidos não tinham posição oficial sobre a disputa iraquiana com o Kuait por questões de fronteira.

Glaspie não respondeu diretamente às ameaças de Saddam, concentrando-se, em vez disso, em elogiar os "extraordinários esforços" dele para reconstruir seu país após o fim da guerra com o Irã. Ela também indagou as intenções dos iraquianos ao concentrar tropas na fronteira com o Kuait mas não criticou a movimentação militar, segundo a transcrição iraquiana.

O Departamento de Estado não contestou a autenticidade da transcrição iraquiana. O porta-voz Richard Boucher não quis comentar o assunto e afirmou que a embaixadora não

estava disponível para fazer comentários.

Diante de comentários de Saddam sobre a necessidade de aumentar os preços do petróleo e diminuir as cotas de exportação e da organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), medidas que o Kuait era contra, a embaixadora comentou: "Eu sei que vocês precisam de recursos. Entendemos isso e nossa opinião é de que vocês devem ter oportunidade de reconstruir seu país. Mas não temos posição oficial sobre os conflitos entre os árabes, como seu problema de fronteiras com o Kuait. (O secretário de Estado) James Baker deu ordens ao nosso porta-voz oficial para enfatizar esta posição". (*Jornal do Brasil*, 14/09/90)

Mandela diz que governo reconhece conspiração contra os negros

O líder negro Nelson Mandela disse que o governo sul-africano está convencido da existência de uma "mão oculta", interessada em estimular os conflitos étnicos na periferia de Johannesburgo, que já deixaram mais de 700 mortos em apenas um mês. Mandela, que se reuniu com o presidente Frederik De Klerk, acredita no envolvimento de militares sul-africanos que no passado tiveram ligações com a Renamo, a guerrilha de direita moçambicana.

O encontro entre Mandela e De Klerk foi convocado em caráter de

urgência pelo presidente sul-africano, depois do massacre ocorrido no trem que liga Johannesburgo ao subúrbio negro de Soweto, que teve trinta e seis mortos e 270 feridos. Segundo Mandela, "uma das afirmações do presidente De Klerk foi que a atual onda de violência não é apenas mais uma luta de negros contra negros, Inkatha contra CNA ou zulu contra xhosa", disse o líder negro. "Existe uma mão oculta que o governo vai investigar para anunciar novas medidas", acrescentou. (*Jornal da Tarde*, 15/09/90)

Atos pela paz

Milhares de negros sul-africanos de etnia zulu participaram no dia 16 de manifestações pelo fim dos conflitos tribais no país, que deixaram centenas de mortos desde que chegaram aos subúrbios de Johannesburgo, no início de agosto. Um pedido conjunto de paz foi feito por Goodwill Zwelithini, rei zulu, e Tutor Ndamase, presidente da região autônoma dos rivais xhosa. (*Jornal da Tarde*, 16/09/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL